

O TRABALHO NO CANTEIRO E O URBANO NO BRASIL: NOTAS SOBRE UM DEBATE EM CONSTRUÇÃO

Melissa Ronconi de Oliveira

Graduada em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (2013). Mestranda do Programa de Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia da Unicamp.
meronconi@gmail.com

Raul da Silva Ventura Neto

Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Pará (2008), mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Pará (2012). Doutorando do Programa de Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia da Unicamp.
raulvneto@hotmail.com

Introdução

A cidade é o *locus* por excelência da circulação do capital. É onde espacialmente se realiza a maior parte da mais-valia gerada no sistema, dos mais diversos modos e nos mais diferentes setores da economia urbana. Em termos abstratos, pode-se dizer que o urbano é o espaço onde circula tanto o capital produtivo quanto o capital na sua forma financeira, o que no concreto evidentemente define experiências urbanas e derruba as barreiras impostas à superacumulação de capital, como inclusive defende Harvey (1989). Nesse sentido, entender teoricamente as especificidades da terra urbana parece ser elemento central para analisar concretamente alguns fenômenos de caráter eminentemente urbano.

Na visão de Smith (1988), que é compartilhada por Harvey (1982), o sistema de renda da terra nivela o espaço urbano à dimensão do valor de troca, ocupando a pretensa função de integração e coordenação da propriedade privada da terra no espaço urbano. Estrutura-se com isso uma racionalidade própria do mercado de terras, mas que é imediatamente perturbada por movimentos inexoráveis de especulação na medida em que a terra urbana se torna um ativo de grande importância no capitalismo, pela possibilidade de gerar capital de forma fictícia ao se colocar como capital portador de juros. A necessidade de

intervenção do Estado, que se dá com a disponibilização dos meios de consumo coletivo através do planejamento urbano, apenas estimula o caráter especulativo da renda da terra e sistematicamente a impede de integrar e coordenar o desenvolvimento urbano.

Com isso, a estrutura especulativa da renda fundiária urbana se conecta à própria determinação do valor dentro do sistema capitalista, pois contribui para o que Smith (1988) classifica como movimento de “vaivém” do capital entre áreas mais e menos valorizadas. Essa contínua mobilidade, que representa a própria dimensão espacial do capital, é especialmente mais fluida na escala urbana, sendo um dos elementos responsáveis pela consolidação de padrões diferenciados de urbanização, mas cujo objetivo maior seria o de maximizar taxas de lucro para classes dominantes que normalmente estão ligadas à escala local.

Por outro lado, não se devem desconsiderar as estratégias bastante concretas – porém obscuras para pesquisas acadêmicas – que os arcos de aliança entre frações do capital e o Estado, ou coalizões urbanas locais nos termos de Logan e Molotch (1987), estabelecem no sentido de orientar o crescimento urbano de acordo com os seus interesses particulares de acumulação. Harvey (1982) é um dos autores seminais da crítica marxista sobre a questão urbana no capitalismo, e defende ao longo de sua obra que, longe de ocuparem um papel passivo (parasitário) no capitalismo contemporâneo, a classe proprietária é na verdade um agente ativo com poder de controle sobre o desenho da cidade, em busca de ampliar diferenciais de renda da terra a seu favor. Fundamentalmente, isso é motivado pela busca por diferenciais cada vez mais ampliados de renda da terra, num movimento que é coordenado pela propriedade da terra urbana ao se tornar capital portador de juros e que se amplia conforme esta se aproxima da forma de um ativo financeiro, vale dizer, tendência inexorável para o autor.

Numa leitura mais adaptada às complexidades dos países de formação subdesenvolvida como o Brasil, em alguns textos consagrados como Tavares (1999) e Brandão (2010) que tratam da expansão do capitalismo no Brasil, está indicado que o pacto de dominação social tem como natureza estrutural a apropriação privada e concentrada da terra, combinadas com formas reinventadas de acumulação primitiva permanente em momentos de expansão da fronteira econômica e territorial. Numa interpretação que é de certa forma coincidente com a de Oliveira (2003), advoga-se que a expansão do capitalismo no Brasil ocorre pela elaboração de periferias e não pela sua incorporação, indicando que a acumulação

primitiva por aqui é de caráter estrutural (ao menos no meio rural): não se expropria a propriedade e sim o excedente, que se forma pela posse transitória da terra.

O sociólogo apresenta interpretações que, sem invalidar a hipótese do processo de urbanização como algo funcional para a reprodução do capital no sistema, teoriza sobre relação entre o urbano e a reprodução do capital no Brasil. Em linhas gerais, é através do modo como se desdobra a nossa urbanização que se torna possível a formação de um exército industrial de reserva “apto” a reduzir o custo de reprodução da força de trabalho para níveis baixíssimos, possibilitando que os momentos de maior crescimento industrial fossem coincidentes com acentuadas práticas de espoliação urbana (Kowarick, 1981) nas metrópoles que estavam em formação. Esse modelo de capitalismo periférico tem como traço fundamental no espaço urbano a ingerência – ou anuência – do Estado sobre práticas de retenção especulativa da terra pela classe proprietária local, o que, ao fim e ao cabo, resulta numa forma urbana aparentemente caótica do ponto de vista do desenho urbano, mas absolutamente funcional para reprodução do capital desses grupos (Oliveira, 2003). O Brasil se torna mais urbano que industrial, e gesta cidades onde o terciário passará a ter um papel ainda mais preponderante na divisão social do trabalho nacional (Oliveira, 1970).

Na escala urbana pode-se considerar que os processos de acumulação primitiva estrutural parecem concentrar-se na expropriação do trabalho não pago, materializado nos espaços autoconstruídos das grandes cidades, mas também em outras formas de espoliação urbana, que permitem o aumento da intensidade do trabalho assim como o aumento da jornada. De forma consoante com o que defende Kowarick (1981), que adverte para a necessidade de se observar como se dão as mais variadas práticas de espoliação urbana cristalizadas nas cidades brasileiras, é preciso analisar empiricamente como a superexploração da força de trabalho e a extração de mais-valia no urbano se cruzam e complementam práticas de acumulação primitiva permanente.

A cidade brasileira, portanto, se consolida não só como o espaço da circulação do capital produtivo e do capital dinheiro, é também produto direto da superexploração da força de trabalho através da espoliação urbana. É conveniente então, empreender uma breve recuperação das interpretações de Marini (2005) quanto às especificidades subdesenvolvimento, pois segundo o autor,

Vimos que o problema colocado pela troca desigual para a América Latina não é precisamente o de se contrapor à transferência de valor que implica, mas compensar a perda de mais-valia, e que, incapaz de impedi-la no nível das relações de mercado, a reação da economia dependente é compensá-la no plano da produção interna. O aumento da intensidade do trabalho aparece, nessa perspectiva, como um aumento

da mais-valia, obtido através de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento da sua capacidade produtiva (Marini, 2005 p.154).

Para Marini a compensação pelas trocas desiguais através da superexploração da força de trabalho, que gera um aumento de mais-valia absoluta, ocorre majoritariamente por três vias: i) aumento da intensidade do trabalho; ii) o aumento do tempo da jornada (maior tempo de trabalho excedente); iii) redução do consumo do operário para além do seu limite normal.

Na leitura de Ferro (2006), o setor da construção civil no Brasil é um elemento central na necessidade de produzir mais-valia para o sistema pela superexploração da força de trabalho. Para o autor, conforme se avança para a industrialização pesada a partir do Plano de Metas, torna-se cada vez mais necessário para a economia brasileira a existência de um setor na economia nacional que seja capaz de extrair enormes massas de mais valia durante seu processo produtivo, sem o que a equalização da taxa de mais-valia ficaria prejudicada inviabilizando a acumulação em setores de composição orgânica elevada, como a indústria automobilística ou a siderurgia.

A hipótese de Ferro é que a elevada massa de mais-valia gerada na construção civil no Brasil serve como principal equalizador da taxa de mais-valia do sistema. Em grande medida, há uma convergência do pensamento de autor com hipóteses de Lessa e Dain (1983) sobre o desenvolvimento capitalista no Brasil, onde órbitas não industriais, muito intensivas em trabalho, são alçadas à condição de órbitas reservadas de valorização do capital privado nacional. O circuito imobiliário representado pelas incorporadoras, que em grande parte ficam restritas à atuação do capital privado nacional, é considerado por pelos autores como uma dessas órbitas de valorização reservadas às elites brasileiras.

Nessa linha de interpretação, seria importante observar o papel, por exemplo, que o setor da construção civil (correspondente à produção residencial principalmente) no Brasil ocupa na expansão das fronteiras intraurbanas. O fato deste setor se encontrar tanto no secundário quanto no terciário (é indústria na etapa da construção e comércio no momento da venda) parece ser altamente funcional para o modo como o sistema se expande no Brasil, principalmente pela resiliência da superexploração da força de trabalho no canteiro de obras.

Mercado de Trabalho na Construção Civil: o passado

A efetiva estruturação do setor da construção civil residencial no Brasil coincide e é substanciada pelo sistema de financiamento habitacional, atrelado às diretrizes de

funcionamento do antigo Banco Nacional da Habitação (BNH)¹. Por outro lado, segundo Ferreira (1976) além do objetivo, declarado em discurso, de incentivar o setor e promover a construção de moradias direcionadas às camadas baixas e médias, é importante observar o papel que o BNH cumpriu como gerador de empregos de baixa qualificação. A construção civil deveria atuar como uma “válvula de escape para o problema do desemprego e do subemprego” principalmente num espaço urbano que vivia uma intensa transformação.

A atividade deveria permanecer trabalho-intensiva de modo a absorver mão de obra que não poderia ser absorvida pelos setores mais modernos devido ao modelo de desenvolvimento adotado. Vaz da Costa, presidente do BNH, confirma em depoimento² a funcionalidade da construção civil trabalho-intensiva para o processo de crescimento que se desenhava para o país. As técnicas de produção dos setores modernos, carro-chefe da industrialização, poupavam trabalho e eram, portanto, incompatíveis com o excedente estrutural de mão de obra típico do subdesenvolvimento.

A construção civil foi parte importante dos investimentos do setor industrial no período ‘desenvolvimentista’, encontrando estímulo na necessidade de expansão da capacidade ociosa da indústria e da construção de toda infraestrutura nacional. Como reflexo do crescimento do setor, entre 1940 e 1973 o emprego na construção cresce a um ritmo superior que os demais setores (Werneck, 1978).

Tabela 1. Emprego em atividades não-agrícolas

Atividades	Taxa anual de crescimento (%)			
	1940/50	1950/60	1960/73	1940/73
Atividades não-agrícolas	3,1	4,3	6,3	4,8
Indústria de construção*	8,3	3	7,2	6,2
Setor secundário exceto construção**	4,3	2,1	7,6	4,9
Comércio e serviços	2,2	5,2	5,8	4,5

Fonte: Werneck, 1978, p. 15.

¹ Para uma análise mais aprofundada sobre as diretrizes institucionais do BNH, ver Royer (2009).

² “Não podemos contar com a atividade agrícola para resolver o problema do emprego (...). A eficiência na indústria de bens de capital e na de bens de consumo duráveis não pode ser sacrificada a uma política de emprego que force a iniciativa privada a ocupar mais pessoas do que é necessário. Nesses setores moderadamente empregadores devem predominar a tecnologia moderna, a capacidade de produzir barato para exportar e para servir a uma camada crescente da população. A fim de que o povo brasileiro venha a participar mais e mais do desenvolvimento industrial do País, essa indústria não pode ser senão eficiente, moderna e capaz de produzir a custos baixos. Então nos restam, como intensamente empregadores, o setor de serviços e a construção civil.” (Costa apud Ferreira, 1976, p. 33).

Poucos foram os trabalhos acadêmicos destinados ao estudo do trabalho na construção civil, dadas as grandes dificuldades no estudo do tema devido à grande informalidade, subcontratações e elevada parcela de trabalhadores por conta própria. Importantes fontes de informações sobre o mercado de trabalho na construção durante os anos 1970 são o trabalho de Dorothea Werneck e de Carlos Ernesto Ferreira que, infelizmente, nem sempre apresentam dados desagregados por subsetores.

A indústria de construção como um todo empregava, em 1973, 5,8% do total os ocupados e 8,2% dos ocupados do sexo masculino, absorvendo a indústria de edificações mais mão de obra do que a construção pesada (Werneck, 1978). Para os anos de 1970, 1972 e 1974 temos a seguinte distribuição do emprego na indústria de construção por tipo de obra:

Tabela 2. Distribuição do emprego na indústria de construção de acordo com o tipo de obra – 1970, 1972 e 1974³

Local	1970			1972				1974			
	Edificações	Rodovias	Total (absoluto)	Construção Civil (edificações)	Construção de Estradas	Obras de Arte	Total (absoluto)	Construção Civil (edificações)	Construção de Estradas	Obras de Arte	Total (absoluto)
Brasil	89,9	10,1	1.719.714	72,4	23	4,6	408.767	76,3	20,7	3	565.529

Fonte: Werneck, 1978, p. 25.

O trabalho na construção civil como um todo era predominante masculino⁴. Os empregados do setor tinham idade média entre 20-29 anos, enquanto que os que trabalhavam por conta própria estavam concentrados em faixas de idade mais jovens ou mais velhas. É um setor responsável por forte absorção de migrantes e daqueles que procuram o primeiro emprego. Quanto à escolaridade, em 1970, do total de empregados do sexo masculino na construção, 11,6% eram analfabetos, 46,9% tinham primário incompleto, 33,7% tinham primário completo, 7,8% tinham ginásio incompleto ou mais (os dados são do

³ No livro encontra-se a informação detalhada por estado.

⁴ O artigo 378 da CLT que proibia o trabalho de mulheres em obras de construção foi revogado em 1989.

MTPS/DNMO). Como os trabalhadores da construção representam importante parcela do setor secundário, 43,3% dos analfabetos e 32,3% dos trabalhadores com primário incompleto do setor secundário eram trabalhadores da indústria da construção em 1970. Em 1973, 68% dos trabalhadores da construção eram chefes de domicílio – que muitas vezes é o único responsável pela manutenção de toda a família.⁵ Era grande a proporção de autônomos na construção civil e sua carga de trabalho geralmente ultrapassava a dos empregados, o que não significa que sua remuneração anual seja maior, já que enfrentam períodos mais longos de desemprego. É elevado o número de trabalhadores sem carteira. A maioria dos empregados e mesmo dos empregadores da construção recebiam até dois salários mínimos em 1973 – fato que reflete a estrutura de uma indústria organizada em pequenas firmas (Werneck, 1978).

Werneck calculou um *Índice de Rotatividade (IR)* usando o PIS para os dados de 1974 e mostrou que o setor da construção era o que apresentava a maior rotatividade. Um dos motivos é a especificidade do setor, em que o produto é imóvel, sendo produzido no lugar que será utilizado.

Principalmente nas edificações, Werneck coloca que ocorre elevada subcontratação para realização de tarefas específicas como fundação, instalação hidráulica, instalação de elevadores, acabamentos etc. Isto resulta em uma estrutura industrial composta por um grande número de pequenas firmas e pequeno número de grandes empresas, concentrando-se os empregados na construção nessas empresas menores (Werneck, 1978).

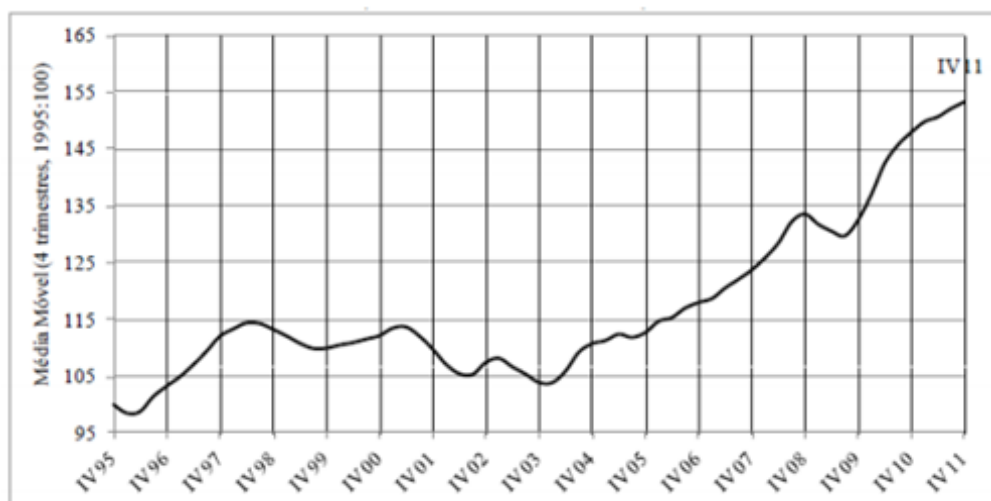
Um debate que está presente quando se discute o trabalho na construção civil é quanto à modernização das técnicas de produção. Diferentes hipóteses foram levantadas quanto aos motivos da manutenção de técnicas arcaicas na construção. Ferreira, por exemplo, aponta que o subsetor de infraestrutura já usava de técnicas modernas na produção no começo da década de 1970 e sustenta a hipótese de que o subsetor de edificações tenderia para o mesmo modelo. O autor coloca que uma redução substancial no custo das moradias só se dará com a industrialização da produção o que, porém, esbarraria, no Brasil, em limites do mercado. Defende, portanto, a promoção pelo poder público de casas populares, que permitiriam a produção em escala e tornaria viável a utilização de técnicas modernas. O baixo custo da mão de obra não qualificada no Brasil atuaria, porém, desestimulando a industrialização (Ferreira, 1976).

Mercado de Trabalho na Construção Civil: o presente

⁵ “(...) quanto maior for a proporção de chefes de domicílios empregados em uma atividade, maior será sua influência sobre o nível de bem-estar da unidade familiar.” (WERNECK, 1978, p. 59).

Com a extinção do BNH em meados dos anos 80, o setor da construção civil passa a enfrentar uma grave crise pela retração dos fundos públicos destinados ao financiamento da habitação. Como é possível ver pelo gráfico abaixo, é somente em 2004 que o valor adicionado da construção civil volta a apresentar uma tendência de crescimento. Esse movimento do setor se explica pela retomada do crescimento da economia, pela conjuntura favorável e, a partir de 2007 e 2009, respectivamente por conta de dois projetos do governo federal responsáveis por grande estímulo ao setor de construção: o PAC e o PMCMV.

Gráfico 1. Valor adicionado da construção civil. Média móvel (4 trimestres) da série encadeada do índice trimestral (Base: média 1995=100). IV/1995 a IV/2011. Dados IBGE.



Fonte: Bertasso (2012).

Criado em 2007, o PAC previa gastos com infraestrutura, logística, energia e inclusive habitação, mas foi com o PMCMV, em 2009, que os recursos para a construção

residencial foram ampliados via ampliação do crédito, subsídio imobiliário e desoneração da cadeia produtiva da construção civil. Segundo dados do IBGE, entre 2007 e 2011 o valor adicionado da construção civil como um todo aumentou em 115,4%, sendo que o subsetor Construção de Edifícios apresentou uma variação de 105,9% (IBGE, 2011).

O problema em conseguir dados separados para os subsetores na análise do mercado de trabalho na construção civil permanece e a maioria dos trabalhos atuais analisa o conjunto dos trabalhadores da construção. Ainda assim é possível identificar as tendências em separado para os subsetores.

Associado ao crescimento recente da economia houve melhoras no mercado de trabalho brasileiro como um todo, principalmente no que tange à remuneração – pela valorização do salário mínimo – e pela formalização – ampliando o número de trabalhadores cobertos pela proteção social. As melhoras se relacionam ao aquecimento da economia, persistindo, porém, inúmeros problemas.

Neste contexto de melhora das condições de trabalho foram verificadas melhoras também no trabalho no setor da construção, relacionadas principalmente aos ganhos salariais e maior formalização. Persistem, porém, antigos problemas como a subcontratação, terceirização, rotatividade, o grande número de doenças e acidentes de trabalho assim como as recorrentes denúncias de trabalho em condições análogas à escravidão.

A maior demanda por mão de obra e a elevação do salário mínimo estimularam os reajustes dos pisos salariais e as remunerações dos trabalhadores do setor (DIEESE, 2011a) existindo, porém, disparidades regionais nos rendimentos auferidos (Arruda, 2013).

O percentual de trabalhadores com carteira assinada aumentou expressivamente na construção nos últimos anos, mas os números ainda são inferiores aos observados nos demais setores. A formalização é importante na medida em que garante proteção social e ampara direitos trabalhistas e previdenciários (DIEESE, 2011c) ⁶.

Apesar das melhoras o rendimento médio na construção é inferior ao dos demais ocupados em todas as regiões consideradas no estudo em questão (DIEESE, 2012). O setor ainda é o que apresenta a maior rotatividade, o que atuaria inclusive no sentido de conter possíveis melhoras salariais advindas da formalização (DIEESE, 2011d) e (DIEESE, 2011c). O tempo de permanência no emprego na construção é também inferior ao dos demais ocupados (DIEESE, 2012).

⁶ Em suas publicações o Dieese utiliza o Sistema PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego).

Quanto à jornada, esta supera a dos demais ocupados em quase todas as regiões pesquisadas pelo Sistema PED (DIEESE, 2012). A intensidade do trabalho na construção civil foi constatada por Rosso (2008), tendo sido observado o caso do Distrito Federal:

Os discursos sobre o aumento do volume de serviços e de produção qualificam significativamente o quadro estatístico sobre intensificação no sentido de que as condições de ofício estão exigindo cada dia mais trabalho. Evidência concreta mostra que a construção civil está a exigir mais trabalho. Os empregados localizam nas direções e chefias os agentes da cobrança de mais trabalho (ROSSO, 2008, p.181).

As condições de trabalho na construção em Campinas e Vitória foram estudadas por Arruda (2013) por meio de pesquisa direta em canteiros de obra, observando trabalhadores diretos e terceirizados. Na pesquisa é possível verificar problemas quanto ao pagamento de benefícios e à subnotificação de acidentes. Além disso, foi verificado no estudo que a grande parcela dos trabalhadores nas obras era contratada por empresas terceirizadas. Esses terceirizados afirmam trabalharem por produção, ou seja, sua remuneração é proporcional ao que produzem. A diversidade de empreiteiras atuando e o constante deslocamento dos canteiros acabaria também dificultando a organização sindical.

As péssimas condições de trabalho foram a principal reivindicação das greves dos operários da construção em 2011, sendo que os problemas apontados pelos trabalhadores vão desde as longas jornadas de trabalho até a falta de higiene nos canteiros de obra (DIEESE, 2011a). Devido às precárias condições de trabalho no setor, foi constituída uma Comissão Tripartite Nacional, reunindo o governo federal, as centrais e as entidades patronais da construção para acompanhar as condições de trabalho nas grandes obras.

Sendo um dos setores com maior taxa de acidente de trabalho, também há grande incidência de doenças relacionadas ao trabalho na construção como lombalgias, perda auditiva induzida pelo ruído, lesões por esforço repetitivo e tendinites, sendo o perigo de acidentes e de doenças do trabalho uma constante na vida do trabalhador da construção civil (Costa, 2010).

São frequentes na mídia os casos de trabalho análogo à escravidão, inclusive em obras nos centros urbanos e mesmo em obras vinculadas ao PMCMV. A MRV foi condenada a multa por prática de trabalho escravo na construção de um condomínio residencial que recebia recursos do PMCMV em Americana (SP) (Construtora, 2013). A mesma construtora também foi flagrada se beneficiando do trabalho escravo em Bauru, Curitiba e em Contagem,

chegando a ser inserida na “lista suja” do trabalho escravo (Santini; Hashizume, 2012). Também em obras do PMCMV na Bahia houve flagrantes de utilização de trabalho escravo (Wroblewski, 2013). Podemos encontrar relatos do problema também em Bocchin (2012).

Quanto ao perfil do trabalho no setor são predominantes nos canteiros de obra as ocupações de pedreiro, serventes de pedreiro e pintores (DIEESE, 2012). A construção civil era, segundo dados de 2009, um dos setores com maior proporção de trabalho por conta própria nos mercados regionais pesquisados pela PED (DIEESE, 2011a). O trabalhador da construção ainda é predominantemente masculino, considerável parcela dos trabalhadores são chefes de família e têm baixo nível de instrução. O setor conta com grande número de trabalhadores pretos e pardos, que supera a proporção total da região em todos os locais pesquisados. A proporção de trabalhadores com idade entre 40 e 59 anos é também superior ao verificado nos demais setores, ficando próximo de 40% (DIEESE, 2011c; DIEESE, 2012). Dieese também coloca que o setor possuía grau elevado de informalidade, o que significa que grande parte dos trabalhadores não recebem benefícios nem estão amparados por auxílios.

Considerações finais

Por diferentes referenciais teóricos podemos chegar à conclusão da funcionalidade da construção civil para o modelo de desenvolvimento adotado. A precariedade do trabalho na construção é um traço estrutural de um setor que contou com técnicas tradicionais para absorver mão de obra, aliviando a pressão do desemprego sobre a modernização da indústria, como Ferreira e o próprio Vaz da Costa apontaram; ou que pode ser visto, como Ferro coloca, pela necessidade de extrair mais valia absoluta para equalizar o sistema.

Apesar de pouco estudado, o trabalho na construção civil não deixa de se mostrar relevante aos que pensam o desenvolvimento nacional. Um país subdesenvolvido tem por especificidade, por um lado, amplo espaço para o crescimento da indústria da construção, dadas suas carências em infraestrutura, moradia etc, e por outro dispõe de amplo contingente de trabalhadores.

O setor da construção civil foi, durante o milagre e durante o ciclo recente de crescimento, de crucial importância para o país. Nos dois momentos estudados neste artigo o discurso vigente foi o da ‘ausência de mão de obra’. Verificamos que seria uma análise bastante simplista reduzir o problema a uma ‘ausência’ ou ‘excesso’ de mão de obra – a

demanda por trabalho varia de acordo com o grau de industrialização da produção, enquanto a oferta depende do ritmo de crescimento da economia e absorção de trabalho pelos demais setores. Na década de 1970 vivencia-se um momento de crescimento econômico que de certa forma sustenta-se na ampliação das desigualdades sociais, que cada vez mais transparecem como problemas urbanos. Já nos anos 2000 assistimos a um ciclo de crescimento com distribuição não-funcional da renda. O cenário é distinto daquele dos anos 1970, elevou-se a escolaridade média do brasileiro, assim como os salários, dentro de um contexto de crescimento e geração de emprego, situação que permite algumas escolhas profissionais a jovens e adultos de menor qualificação que antes teriam como provável destino a construção civil.

O trabalho na construção continua marcado pela subcontratação, alta rotatividade, jornadas prolongadas e péssimas condições de trabalho. Os avanços verificados no período recente dizem respeito à maior formalização e maiores ganhos salariais, permanecendo, porém, disparidades regionais nos rendimentos. As recorrentes denúncias de trabalho em condições análogas à escravidão na construção residencial são um exemplo da realidade ainda cruel do trabalho no setor. Em suma, a análise possibilitada pela revisão deste debate permite destacar poucas mudanças nas condições e no perfil do trabalho no setor, sendo que as principais rupturas – melhores salários e formalização – estão dentro de um contexto de melhora geral do mercado de trabalho e de um cenário macro mais favorável.

A questão central colocada para discussão é a de entender quais as especificidades atuais da indústria da construção civil e sua relação com a questão urbana brasileira. Como colocado, já é consagrada a funcionalidade histórica da indústria da construção como absorvedora de mão de obra de baixa qualificação, dentro de um projeto de desenvolvimento incompatível com a estrutura populacional e de renda do país, mas funcional para o modo como o capital se reproduz em formações subdesenvolvidas. Observado pela ótica do incorporador e da construtora, o ritmo e a forma da urbanização brasileira a partir da constituição do sistema BNH é duplamente funcional para a reprodução do capital no setor. No limite, esta assegura uma imensa quantidade de trabalhadores sem qualificação – os popularmente chamados “orelha seca” pela prática de carregar sacos de cimento nos ombros – e “dispostos” a receber baixos salários, ao mesmo tempo em que amplia ganhos imobiliários pelo aumento nos diferenciais de renda da terra urbana, em que pese a multiplicação dos espaços autoconstruídos e o direcionamento de infraestrutura urbana para áreas restritas e de interesse de elites locais.

Por outro lado, ainda são poucas as pesquisas que abordam as mudanças estruturais no canteiro de obras do setor de edificações residencial ocorridas mais recentemente. Nos trabalhos de Shimbo (2010) e Baravelli (2014), por exemplo, a relação dessas transformações está mais atrelada ao processo de financeirização que grandes empresas do setor têm vivenciado e que parece ter impulsionado tanto uma incorporação de novas técnicas construtivas (Baravelli, 2014) quanto novas formas de gestão do canteiro (Shimbo, 2010). Contudo, ainda não está evidente qual o reflexo que essas mudanças podem estar exercendo sobre o mercado de trabalho no setor e o espaço urbano brasileiro.

A leitura de Marini (2005), assim como de outros pensadores latino americano, é importante na medida em que indica os limites existentes à real inclusão da mercadoria habitação na cesta de consumo do trabalhador urbano no Brasil. Ocorre que, como defende Ferro (2006) a produção da casa e da cidade brasileira é uma estratégia relevante para produzir uma massa de mais valia absoluta compatível com as necessidades do sistema. Logo, é evidente que se houve algum ganho para o trabalhador da construção civil mesmo que ínfimo se comparado aos anos de 1970, resta entender por quais mecanismos essa mais-valia estaria sendo gerada atualmente.

Um indicativo importante, mas que de forma algum responde à totalidade e à complexidade dessa discussão é o fato da cidade brasileira nunca ter deixado de ser um enorme depósito de trabalho não pago, explicitado, por exemplo, no prolongamento da jornada de trabalho que a ausência de mobilidade da urbana adequada promove, ou então no contínuo crescimento do aluguel de imóveis em ritmo superior à inflação nas principais capitais, redirecionando possíveis ganhos reais de salário para grupos rentistas da sociedade. Assim, não se deve desconsiderar o papel que a superexploração da força de trabalho continua a exercer sobre a questão urbana brasileira, e nesse sentido parece necessário entender de que forma a renda da terra urbana permite formas renovadas de apropriação de trabalho não pago. Qualquer caminho para garantir direito à cidade não prescinde do desnudamento dessas estruturas.

Referências bibliográficas

ARRUDA, L.R. 2013. “Pau na gata”: trabalhadores terceirizados da construção civil em Vitória e Campinas [online], In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE

ESTUDOS DO TRABALHO, 7. São Paulo. Disponível em:
<http://www.alast2013.com.br/ESPANHOL/gt6.asp> [Acesso em: 5 set. 2013].

BARAVELLI, J. E. 2014. Trabalho e tecnologia no programa MCMV. 226 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – FAU – USP, São Paulo.

BERTASSO, B. F. 2012. Edificações: impasses da modernização no ciclo de crescimento dos anos 2000. 251 f. Tese (Doutorado em Teoria Econômica) – IE – UNICAMP, Campinas.

BOCCHINI, Bruno. 2013. Aumenta o número de trabalhadores escravos na construção civil em São Paulo [online], Carta Capital, 16 mai. 2012. Disponível em:
<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/aumenta-o-numero-de-trabalhadores-escravos-na-construcao-civil> [Acesso em: 27 ago. 2013].

BRANDÃO, C. 2010. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo in: ALMEIDA, A. W. B. et al. Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina.

CONSTRUTORA MRV é condenada a R\$ 4 milhões por trabalho escravo em obra. 2013. [online] G1 Campinas e região, Campinas, 07 ago. Disponível em:
<http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2013/08/construtora-mrv-econdenada-r-4-milhoes-por-trabalho-escravo-em-obra.html> [Acesso em: 27 ago. 2013].

COSTA, L.R. 2010. Trabalhadores em construção: mercado de trabalho, redes sociais e qualificações na Construção Civil. 2010. 282 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – IFCH – UNICAMP, Campinas, São Paulo.

COSTA, R. V. O sistema nacional de habitação e os corretores de imóveis.

DIEESE. 2011a. Boletim Trabalho e Construção. n. 5. [online] Disponível em:<http://www.dieese.org.br/boletimtrabalhoeconstrucao/2011/2011boletimConstrucaoCivil5.pdf> [Acesso em: 15 ago. 2013].

_____. 2011b. Estudo setorial da construção. n.56. [online] Disponível em:<<http://www.dieese.org.br/sitio/buscaDirigida?itemBusca=19&comboBuscaDirigida=RAMO%7C1325528836632>> [Acesso em: 15 ago. 2013].

_____. 2011c. Boletim Trabalho e Construção. n.6. [online] Disponível em:<<http://www.dieese.org.br/boletimtrabalhoeconstrucao/2011/2011boletimTrabalhoConstrucao6.pdf>> [Acesso em: 15 ago. 2013].

_____. 2011d. Rotatividade e flexibilidade no mercado de trabalho.

_____. 2012. Boletim Trabalho e Construção. n. 7. [online] Disponível em:<<http://www.dieese.org.br/boletimtrabalhoeconstrucao/2012/2012boletimTrabalhoConstrucao7.pdf>> [Acesso em: 15 ago. 2013].

FERREIRA, C. E. 1976. Construção civil e criação de empregos. Rio de Janeiro: FGV.

FERRO, S. 2006. Arquitetura e Trabalho Livre. São Paulo: Cosac Naify.

FIX, Mariana. 2011. Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil. 263 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – IE – UNICAMP, Campinas.

Harvey, D. 1989. Urban Experience. Baltimore: The John Hopkins University Press.

_____. D. 1982. Limits to capital. Oxford: Basil Blackwell.

IBGE. 2011. Pesquisa Anual da Indústria da Construção. Volume 21. Rio de Janeiro: IBGE.

KOWARICK, L. 1981. Espoliação Urbana, Paz e Terra, Rio de Janeiro.

LESSA, C. & DAIN, S. 1983. Capitalismo Associado: Algumas Referências Para O Tema Estado E Desenvolvimento. In: BELLUZZO, Luiz G.; COUTINHO, Renata (Ed.) Desenvolvimento Capitalista no Brasil: Ensaio sobre a crise. São Paulo: Brasiliense, p.214-228.

MARICATO, E. 1987. Política habitacional no regime militar. Petrópolis: Vozes.

MARINI, Ruy Mauro. 2005. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, R. STEDILE, J.P. Ruy Mauro Marini: Vida e Obra. Expressão Popular, São Paulo.

MOLOTCH, H.; LOGAN, J. 1987. Urban fortunes: the Political Economy of Place. Los Angeles: University of California Press.

MRV faz acordo de R\$6,8 mi com MPT para encerrar ações. 2013. [online] O Estado de São Paulo. Brasília, 04 set. 2013. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/economia-geral,mrv-faz-acordo-de-r-68-mi-com-mpt-para-encerrar-acoas,163840,0.htm> [Acesso em: 11 set. 2013].

OLIVEIRA, F. 2003. Crítica à razão dualista: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo.

_____, F. 1970. O terciário e a divisão social do trabalho. Estudos CEBRAP. São Paulo: Vozes.

ROSSO, S.D. 2008. Mais Trabalho! : a intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo.

ROYER, L. O. 2009. Financeirização da política habitacional: limites e perspectivas. São Paulo, 194 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – FAU-USP, São Paulo.

SANTINI, D.; HASHIZUME, M. 2012. Construtora MRV volta à "lista suja" do trabalho escravo em nova atualização. [online] Repórter Brasil. 28 dez. 2012. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2012/12/construtora-mrv-volta-a-quot-lista-suja-quot-do-trabalho-escravo-em-nova-atualizacao/> [Acesso em: 27 ago. 2013].

SMITH, N. 1988. Desenvolvimento desigual. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

TAVARES, M. C. 1999. Império, território e dinheiro. In: FIORI, J. L. (Org.). Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis: Editora Vozes.

WERNECK, D.F.F. 1978. Emprego e salários na indústria da construção. Relatório de pesquisa, n.40. Rio de Janeiro: IPEA.

WROBLESKI, S. 2013. Duas obras do 'Minha Casa, Minha Vida' são flagradas com trabalho escravo na Bahia. [online] Repórter Brasil. 24 jul. 2013. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2013/07/duas-obras-do-minha-casa-minha-vida-sao-flagradas-com-trabalho-escravo-na-bahia/> [Acesso em: 27 ago. 2013].